

Empresários fazem lobby para 19 ABR 1989 CORREIO BRAZILENSE volta da conversão da dívida

Rio — O empresariado vai dar início hoje a mais uma etapa de negociações em torno da proposta de convenção da dívida externa em capital de risco, operação que foi suspensa com a decretação do Plano Verão, em janeiro. É que à tarde, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI) no Rio, o presidente da entidade, senador Albano Franco, vai instalar cinco grupos de trabalho da seção brasileira do Conselho de Negócios Brasil-Comunidade Econômica Europeia (CEE), e um deles tratará especificamente do tema conversão.

A conversão da dívida foi suspensa por tempo indeterminado porque os autores do Plano Verão identificaram nela uma pressão adicional sobre as taxas de inflação. E que para a compra dos dólares envolvidos em cada transação — que somente em 1988 somaram 6 bilhões e 200 milhões de dólares — exige uma emissão de moeda adicional, e o

aumento dessa moeda em circulação contribuiria para uma especulação de preços, consequentemente elevando as taxas de inflação.

O que está claro é que os empresários brasileiros estão mais do que interessados em começar a garantir desde já as atenções dos países da CEF, que a partir de 1992 passarão a formar um bloco econômico completamente sem fronteiras. Os cinco grupos do Conselho de Negócios reunirão 87 empresários, mas o da conversão da dívida reúne tanto pesos-pesados do setor privado, como a Paranapecema, quanto estatais, como é o caso da Siderbras. Pela mecânica do conselho, o tema conversão será debatido pelos membros de cada grupo, dentro de suas áreas específicas, e depois encaminhados ao Itamarati, já que se trata de relações com um conjunto de nações alinhado em um bloco econômico.

Nas expectativas dos empresários brasileiros, em se falando de negócios com a comunidade econômica

Externa
europeia, a conversão da dívida em capital de risco não está sozinha. Há um outro grupo de trabalho que trará especificamente da formação de **joint-ventures**, ou seja, das associações — igualitárias — entre grupos nacionais e estrangeiros, no país. As **joint-ventures**, ao contrário da conversão, e não estão merecendo qualquer restrição oficial de qualquer espécie, de planos de combate à inflação ou outros programas.

Nos trabalhos que se iniciam hoje na CNI, porém, há uma questão mais delicada. Um dos cinco grupos vai debater a propriedade industrial e intelectual, o que significa dizer que serão avaliadas questões envolvendo a lei de informática e patentes para produtos farmacêuticos. Esses dois itens estão encabeçando a maioria das listas de divergências comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos, e já motivaram inclusive retaliações norte-americanas contra as exportações brasileiras.